

NARRATIVA, IDEOLOGIA E PODER
Uma paralaxe sobre as denominadas Fake News

Wilson Couto Borges

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação
Oswaldo Cruz

wilson.borges@icict.fiocruz.br

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-2785-3658>

Vânia Coutinho Borges

Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação
Oswaldo Cruz

vaniacqborges@gmail.com

ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-0944-528X>

|1|

Recibido: 06 de febrero de 2023

Aceptado: 03 de Mayo de 2023

Identificador permanente (ARK): <http://id.caicyt.gov.ar/ark:/s18535925/83xp6fqbk>

Resumo

Com a emergência da pandemia de Covid-19 em 2020, tem sido recorrente na literatura a associação entre tal crise sanitária e o fenômeno qualificado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) como Infodemia. Um dos efeitos desse movimento é a constante busca de relações causais entre a compreensão de uma superabundância de informação e o momento histórico no qual estamos inseridos, compreendido como pós-verdade. Assim, estaria nas crenças individuais a motivação para que o consumo de notícias falsas se acelerasse na segunda década do século XXI. Com este trabalho, queremos revisitar a noção de Narrador, em Walter Benjamin, passando pela entrada de Freud na Teoria Crítica da Sociedade (TCS), presente na Escola de Frankfurt nos anos 1970, aproximando a figura arquetípica benjaminiana a duas redes sociais digitais – o *WhatsApp* e o *Telegram* – na busca por iluminá-la a partir de um novo ponto de observação daquilo que compreendemos como a busca do ser humano pelo poder de se expressar, se fazer visível. Utilizando a narratologia como abordagem teórico-metodológica, partimos da hipótese de que as construções narrativas postas em circulação pelas referidas redes apelam aos

afetos, aos sentimentos, às emoções, às sensações não como forma de construções de *fakes* ou *true news*, mas como modo de estar ativamente agindo no mundo.

Palavras-chave: produção de sentido, narrativa, ideologia, poder, saúde, *fake News*

Narrative, ideology and power.

A parallax about the so-called Fake News

Abstract

With the emergence of the Covid-19 pandemic in 2020, the association between such a health crisis and the phenomenon qualified by the World Health Organization (WHO) as an Infodemic has been recurrent in the literature. One of the effects of this movement is the constant search for causal relationships between the understanding of an overabundance of information and the historical moment in which we are inserted, understood as post-truth. Thus, it would be in individual beliefs that motivated the consumption of fake news to accelerate in the second decade of the 21st century. With this work, we want to revisit the notion of Narrator, in Walter Benjamin, through Freud's entry into the Critical Theory of Society (CTS), present at the Frankfurt School in the 1970s, bringing the archetypal Benjaminian figure closer to two digital social networks - the WhatsApp and Telegram – in the quest to illuminate it from a new point of view of what we understand as the search of human beings for the power to express themselves, to make themselves visible. Using a narratology as a theoretical-methodological approach, we start from the hypothesis that the narrative constructions posted in circulation by the referred networks appeal to affections, feelings, emotions, sensations not as a form of constructions of fakes or true news, but as a way of be actively acting in the world.

|2|

Keywords: production of meaning, narrative, ideology, power, health, fake news.

Introdução

Nosso ponto de partida é a compreensão de que, ainda que não a tenhamos superado totalmente, a pandemia de Covid-19 representa um momento singular na história da humanidade. Seja pelas mais de 6,8 milhões de mortes¹, seja pelas transformações sociais, políticas e econômicas que vêm causando, essa crise sanitária internacional nos colocou diante da necessidade de enfrentarmos tal problema a partir do fortalecimento do lugar da ciência, através da forma como a produzimos e comunicamos. Dentro desse contexto mais amplo, uma série bastante expressiva de investigações tem sido desenvolvida como esforço global na superação desse quadro pandêmico. Se do ponto de vista biomédico registram-se avanços significativos na pesquisa sobre o novo coronavírus, não menos importante tem sido a atenção dada por organismos como a Organização Mundial de

¹ Dados disponíveis em Our World in Data (<https://ourworldindata.org/explorers/coronavirus-data-explorer>), acessado em 30/01/2023.

Saúde (OMS) e a Organização Panamericana de Saúde (Opas) àquilo que denominou como Infodemia: “um excesso de informações, algumas precisas outras não, que tomam difícil encontrar fontes idôneas e orientações confiáveis quando se precisa” (Opas, 2020, p. 02).

Há dois pontos sobre os quais nos deteremos nas próximas páginas. O primeiro deles diz respeito à datação da Infodemia: 2020. Sendo amplamente aceito e difundido na literatura, cuja referência passou a ser o artigo do jornalista John Zarocostas (2020), publicado na *Lancet*, o ano de 2020 marcaria não apenas o início da pandemia, mas, igualmente, da Infodemia. Entretanto, é interessante observar que, em documentos produzidos pela própria OMS (2018), o organismo já havia utilizado tal designação – em 2003, com o SARS, e, em 2009, com a H1N1 –, não se tratando então de uma novidade. No entanto, dois processos políticos e históricos parecem ter contribuído para que o termo ganhasse maior notoriedade e uma associação direta com a dimensão de uma pós-verdade a partir de 2010: a eleição de Donald Trump, nos Estados Unidos (2016); e a de Jair Bolsonaro, no Brasil (2018)². Já o segundo ponto diz respeito à designação do fenômeno como Infodemia. Para nós, a “captura” de um processo de excesso de informações pela epidemiologia reforça a noção de que, para se combater as chamadas *fake news* há um antídoto, uma vacina (uma agulha? Hipodérmica?) que, com informações corretas e confiáveis, transmitidas por fontes oficiais, pode “curar” a sociedade, tirando-a da ignorância. Nesses termos, o aprisionamento do fenômeno remontaria a compreensão da comunicação nos termos propostos por Harold Lasswell e as teorias behavioristas.

|3|

Com a presente reflexão, queremos deslocar nosso olhar, observando aquilo que tem sido qualificado como *fake news*, numa clara oposição ao que seriam *true news*, na perspectiva da Comunicação e Saúde. Assim, não tomaremos tais construções como se fossem falsas ou verdadeiras, antes, as inseriremos num complexo jogo de disputas entre narrativas. Igualmente relevante é a compreensão do momento histórico em que emerge a noção de pós-verdade – esta entendida como “conjunto de circunstâncias em que os fatos objetivos são menos influentes do que o apelo à emoção e às crenças pessoais, na formação da opinião pública” (*Oxford Languages*, 2016, tradução e grifos nossos) –, especialmente num contexto em que o *Oxford Languages* (2016) mapeou um crescimento da utilização do adjetivo pós-verdade “marcando a ideia de uma disputa pela definição de verdade, a partir de 2016, especialmente com a saída do Reino Unido do Brexit e a eleição de Donald Trump (D’Ancona, 2018).

Como Giordani *et al.* (2021) qualificam “este fenômeno como característico da era pós-factual em que vivemos, situando-se criticamente a negação da ciência no contexto pandêmico” (p. 2863), ou seja, colocando a Infodemia como intimamente relacionada à emergência sanitária global, num contexto em que determinados sistemas de crenças pessoais, com valorização da emoção e dos afetos estariam orientando a produção, a circulação e o consumo das *fake news*, resta-nos introduzir o problema de outra forma, numa abordagem que diverge diametralmente. Tomemos como exemplo as construções

² Associa do ao fenômeno da desinformação, no caso de Trump, um processo com difusão de informações falsas, distorcidas ou manipuladas foi caracterizado pelo ex-presidente estadunidense como oferta de “hipérboles de verdade”. No caso brasileiro, como de “verdades alternativas”.

narrativas veiculadas na imprensa por ocasião da pandemia de H1N1. Ainda que a vacina fosse a resposta mais imediata à emergência sanitária, desenvolveu-se uma disputa entre as narrativas do Ministério da Saúde (MS) brasileiro e a Organização Pan-americana de Saúde (Opas). Para o primeiro, bastaria a vacina monovalente, distribuída pela rede pública de saúde, para combater a doença. Para o segundo, seria necessário recorrer à rede privada, que cobrava pela vacina tetravalente, pretensamente mais eficaz. De onde estaria partindo a verdade ou a mentira sobre aquela vacina?

Note-se que, no caso mencionado, o que estava em jogo era a ativação de uma rede de sentidos associados a uma série de dispositivos que iam desde a crença numa eficiência do privado frente ao público até uma liberdade relativamente difusa de se imunizar ou não, acentuando liberdades individuais frente a uma fantasmagoria de imunização compulsória que remontava a Revolta da Vacina (1904). Embora o exemplo com a H1N1 seja datado (2009), não nos parece menos interessante que, em 2020, protocolos de ativação de sentidos sejam colocados em curso. É com essa perspectiva que enunciamos a hipótese de que as construções narrativas postas em circulação apelam aos afetos, aos sentimentos, às emoções, às sensações não como forma de construções de *fakes* ou *true news*, mas como elemento constitutivo de toda e qualquer narrativa. Neste caso, o problema estaria na avassaladora assimetria entre aqueles que detêm o poder de comunicar e fazer naturalizar significados e aqueles que só participam à margem.

Sendo nossa hipótese plausível, a oposição *fake news* x *true news* repousa menos na relação entre antigo e novo sistema de crenças, numa perda de confiança naqueles sistemas peritos, como nomeou Giddens (1991), e sua crise na contemporaneidade. Como afirmam Giordani *et al.* (2021), tal movimento levaria a entender “a difusão dos discursos negacionistas e dos conteúdos inverídicos que os embasam por uma crise de confiança na autoridade e legitimidade dos sistemas oficiais de produção e veiculação de informações e conhecimentos” (p. 2868), validadas por empresas de *fact-checking*. Nossa compreensão é a de que estamos diante de um longo processo de disputas, cujas raízes remontam o Iluminismo, e que opuseram racional a irracional, razão a emoção, ciência a crença. Seja na perspectiva francesa ou alemã, o vulgo precisava ser iluminado: para superar a incivilidade, no caso do primeiro; para recuperar a autenticidade, no do segundo.

Se como observou Singer (2004), “A modernidade transformou os fundamentos fisiológicos e psicológicos da experiência subjetiva” (p. 116), fazendo com que à experiência objetiva se amalgamasse a subjetiva, torna-se importante a remissão à Benjamin, especialmente naquilo que “medo, repulsa e horror eram emoções que a multidão da cidade grande despertava naqueles que a observavam pela primeira vez” (p. 116). Sendo na modernidade o chamado sensacionalismo grotesco aquele responsável por vender jornais, apelando ao *sensorium*, não estaríamos, na contemporaneidade, diante de um movimento semelhante que busca, através das redes, *likes*, curtidas, compartilhamentos de narrativas que mexam com as emoções, os afetos, os sentimentos? Assim, concordamos com Giordani *et al.* (2021) quando estes afirmam que há uma disputa pela hegemonia de narrativas, mas discordamos quando asseveram que, no momento atual entra em cena “o ‘coadjuvante’ – a audiência, ou seja, o público consumidor de informações ganha protagonismo nessa nova era onde as fronteiras entre verdade e mentira são tênues e voláteis e balizam as disputas discursivas” (p. 2866). Para

nós, o deslocamento central é da percepção de que não se trata de uma audiência (onde sub-repticiamente está contida a noção de passividade) que era coadjuvante e se torna protagonista, mas de interlocutores que sempre interferiram decisivamente, hora de forma mais central hora mais periférica, no processo de produção, circulação e apropriação de construções narrativas.

O retorno à Benjamin e a “virada” frankfurtiana

Ceccon *et al.* (2022), embora interessados num tipo de uso do estudo das narrativas na Saúde, sobretudo a partir de uma “tragédia humanitária de grandes proporções e um desafio para a saúde pública brasileira, como vem sendo o caso da Covid-19” (p. 65), evidenciam a centralidade da dimensão discursiva dos processos sociais, especialmente quando inserida num quadro geral em que se observa o efeito produzido pelas chamadas grandes narrativas, particularmente quando postas em circulação por áreas do saber como a política, a filosofia, a economia, a literatura, e impulsionadas pela mídia. Na verdade, defendem os autores, há, nesse processo, uma “potência dos afetos na resignificação das experiências e no cuidado de si e do outro por meio do ato de narrar” (Idem, p. 07).

|5|

Outro ponto de aproximação entre a proposta dos autores (Ceccon *et al.*, 2022) e a nossa ocorre quando estes identificam as narrativas como “prática social e individual, fruto da realidade e dos modos como as populações vivem e se organizam” (p. 08), particularmente a partir da compreensão de tal processo como intrinsecamente ligado aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS): a universalidade, a equidade e a integralidade. Em linhas gerais, desde a 8ª Conferência Nacional de Saúde, em 1986³, preconizou-se que o acesso universal à saúde, sobretudo dentro de Estados Democráticos, deveria ser assumido como a busca por um completo bem-estar físico, mental e social, observando-se as desigualdades sociais em saúde. Desse modo, esse completo bem-estar, mental e social implicava que as pessoas tivessem direito à moradia, ao trabalho, ao salário digno, à água, e, inclusive, à informação e à comunicação. E aqui opera-se um deslocamento radical de nossa parte. Se para Ceccon *et al.* (2022), recuperando Benjamin, a narrativa é meio, isto é, “uma forma artesanal de comunicação” (p. 55.) pelo qual o sujeito pode falar a um profissional sobre as dimensões da vida que o afeta, para nós, é um determinante social fundamental para que o direito à saúde seja exercido plenamente. Mas o que isso significa?

Quando argumentamos que a Comunicação é um determinante social da saúde, significa assumir que a universalidade precisa ser efetiva tanto na capacidade de falar como de fazer circular tal fala e ser ouvido. Paralelamente, compreender que as pessoas têm experiências diferentes, possuem histórias e contextos de vida diferentes, logo, que todas têm necessidades diferentes. E que, por fim, a ausência de formas e espaços de expressão e de escuta retiram delas a integralidade em saúde, ou seja, mais do que criar mecanismo e dispositivos para que as pessoas falem melhor, o que se deve buscar é aprimorar as formas de escuta e a incorporação desses sujeitos na cena pública. O que

³ O vídeo com a proposição de um conceito ampliado de saúde, pelo médico sanitário Sérgio Arouca, pode ser encontrado em <https://youtu.be/-HmqWCTEeQ>

contemporaneamente se assiste é, por um lado, a proliferação de técnicas cuja objetivo seria falar, de uma forma “mais qualificada”, com mais alcance e, por outro, a exclusão de determinados seguimentos, argumentando-se que não sabem falar, não tem capacidade de falar, ou ainda que valores e crenças são impeditivos a uma comunicação eficaz. Nesse sentido, a técnica assumiu definitivamente o lugar das trocas de experiência. Por isso, um retorno à Benjamin nos parece fundamental.

Nosso “retorno” não será via *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica* (1986) ou *Paris, capital do século XIX* (1985), embora ambas nos permitam perceber o quanto as transformações técnicas que se operavam no período industrial produziram mudanças numa sociedade, acarretando consequências sobre as percepções estéticas, no caso da primeira, e nas personalidades e na relação com o espaço, na segunda. Nosso “acesso” a Benjamin será através da recuperação da figura do narrador e do consequente esfacelamento da dimensão tradicional na transmissão da herança cultural. Tal transição das formas de troca de experiências está presente, num primeiro momento, com um *narrador* que sintetiza, por assim dizer, duas figuras arquetípicas: o camponês sedentário e o marinheiro comerciante (Benjamin, 1994) caracterizando o momento “pré-industrial”. Já a partir de *Ensaio sobre Literatura e História* (2012), o sociólogo e filósofo alemão vai incorporar àquela figura um terceiro arquetipo: o artífice das cidades medievais, que se estabelecerá mais tarde como aprendiz.

|6|

Para nós, essa estrutura narrativa do modo de se contar uma estória, presente em *O Narrador*, permanece atual: a realidade (vivida pelo camponês sedentário benjaminiano) e a fantasia (imersa na metáfora do viajante), associada às novas condições de vida do mundo em industrialização sempre se misturaram. O que estamos querendo destacar é que o modo como compreendemos a narrativa difere substancialmente da perspectiva utilizada por estudiosos tradicionais, que aceitam uma ruptura entre razão e emoção, promovida pelo Iluminismo. Definitivamente, nos associamos à perspectiva de que “objetividade e sensações são constitutivas de toda e qualquer narrativa, como todo ator social constrói seus relatos num lusco-fusco entre realidade e ficção, tendo a verossimilhança como elemento estruturador” (Borges, 2022, p. 09). É por isso que refutamos a ideia da “figura do narrador enquanto espécie em vias de desaparecimento (...) como parte do declínio de toda uma modalidade em vias de desaparecimento, cuja visão de mundo era passível de ser compartilhada” (Ceccon *et al.*, 2022, p. 35).

Essa perspectiva de desaparecimento do narrador parece dialogar com o pressuposto de que “a evolução das técnicas de produção e reprodutibilidade, permitiu que várias atividades artesanais tivessem seus processos desvinculados de uma experiência única e singular de produção” (Ceccon *et al.*, 2022, p. 36). O próprio Benjamin é um observador desse movimento e nos adverte de tais transformações quando afirma que a partilha de experiências é intrínseca ao modo de viver em sociedade. Contudo, a informação, e a informação jornalística mais particularmente, empobrece o processo de produção de experiências (Benjamin, 2012). É nesse contexto que a chegada e consolidação do romance (forma de transmissão escrita) dialoga com uma série de outras transformações que têm o século XIX, especialmente a partir de Londres e Paris, como cenário privilegiado. Esse é o momento histórico onde encontraremos certa condensação entre os processos de industrialização, urbanização, eletrificação e racionalidade técnica. Um dos

efeitos que nos interessa explorar é exatamente a distinção que a modernidade conferirá ao dualismo razão/emoção e o pretense fim da figura do narrador, isso porque, como advertia o próprio Benjamin (1994), as construções narrativas mais “reais” são aquelas que “menos se distinguem das histórias orais contadas pelos inúmeros narradores anônimos”. (p. 198).

É muito oportuno destacarmos a vanguarda contida nas reflexões benjaminianas. Isso porque seria apenas nos anos 1970 que a chamada Escola de Frankfurt, através da Teoria Crítica da Sociedade (TCS), promoveria um projeto de

retorno à Freud”, cuja obra *Amnésia Social*, publicada em 1975, representaria uma espécie de marco fundador, evidenciando a descoberta freudiana de que o inconsciente não é puramente o depósito de instintos ilícitos, sendo, antes, o **resultado dos conflitos morais e sociais** que “se tornaram insuportáveis para o indivíduo (por exemplo, o conflito entre as demandas do meio e as exigências do ‘eu verdadeiro’, que só pode ser resolvido pelo ‘recalcamento’ do ‘eu verdadeiro’) (Jameson, 1992, p. 130, **grifos nossos**).

Interessante salientar que a valorização da narrativa individual em Freud, que deságua na possibilidade de tratar seus pacientes escutando suas histórias – *a talking cure* – faz da psicanálise um tratamento onde é a construção de uma narrativa sobre sua própria história que permite ao paciente a reabilitação de sua saúde mental. Assim, tanto Freud quanto Benjamin compreendiam a narrativa como uma organizadora da experiência humana, onde o primeiro pensava em questões relativas ao sofrimento psíquico e o segundo se debruçava sobre a transmissão de uma ancestralidade. Entretanto, algo a mais os une – tendo em Jameson (1992, 1996) importante ponto de inflexão para a “virada” frankfurtiana – e confere vitalidade a tal compreensão do lugar da narrativa: razão e emoção são constitutivas do pensar, do agir e do sentir (Borges, 2014).

Ainda sobre o “retorno à Freud”, podemos perceber que tal assertiva se sustenta a partir da compreensão de que uma modernização racionalista (Martin-Barbero, 2001, p. 154) se configurou como projeto iluminista, relegando à emoção o lugar dos excessos, dos sentimentos. Aqui reside uma ruptura radical com as contribuições trazidas por Cecon *et al.* (2022). Isso porque, embora a narração seja sempre a transmissão de algo no presente (Benjamin, 2012), tais formas de compartilhamento pré-modernas, sustentadas na oralidade, não deixaram existir com o advento da modernidade. Antes, coexistem com as formas contemporâneas de transmissão. Assim, concordamos com a afirmação de Keraney (2012) de que, embora “as formas narrativas sofram mutações de uma época para a outra não significa que elas desapareçam. Elas apenas mudam de nome e endereço” (p. 411). Portanto, não houve um fim da narrativa, pois “não importa o quanto nosso mundo se torne ciber, digital ou galáctico, sempre haverá eus humanos a recitar e receber histórias” (p.427). O que vem mudando com o passar do tempo é o modo de narrar. O que estamos advogando até aqui é que práticas de trocas de experiências, sintetizadas na figura do narrador, se mantêm vivas como elementos de configuração e compartilhamento das narrativas, prescindindo do letramento. Nesse sentido, não

estariam as redes sociais digitais, como *WhatsApp*⁴ e *Telegram*⁵, servindo de suporte, aliás, bastante difundido, para que pessoas participem do circuito produtivo da comunicação? Se nossa proposta é plausível, estava correto em afirmar Chartier (2004) que práticas de leituras pré-modernas não desapareceram com a modernas técnicas de comunicação. Nesses termos, *WhatsApp* e o *Telegram*, alimentam as imaginações cidadinas (p. 115).

Narrativa: centro de nossa observação, mas em paralaxe

Nosso ponto de partida se ancora em duas premissas que orientam a forma como desenvolvemos estudos das narrativas na contemporaneidade: a primeira é a de que todo enunciado jornalístico é ideológico, traz impresso em seus relatos escolhas, visões de mundo, interesses particulares (que em determinadas ocasiões podem corresponder a interesses coletivos) e que as narrativas produzidas pelos dispositivos jornalísticos são centrais nas sociedades onde estão inseridas, isso porque são atravessadas por e produzem sentidos sobre a realidade social que as cerca (Borges, 2014; Borges & Franklin, 2022). A decisão de tomar como centrais as informações produzidas pela imprensa está alicerçada na compreensão de que, tanto elas quanto as da ciência são estruturantes na conformação de uma noção de verdade. Logo, estão diretamente associadas àquilo que Giddens (1991) qualificou como “sistemas peritos”, sendo responsáveis pela garantia da

|8|

⁴ Homônimo à empresa criada em 2009, na Califórnia, o *WhatsApp* é um [aplicativo](#) multiplataforma de [mensagens instantâneas](#) e chamadas de voz e de vídeos para *smartphones*. Além de mensagens de texto, os usuários podem enviar [imagens](#), [vídeos](#) e documentos em PDF, além de fazer ligações grátis por meio de uma conexão com a internet. Está disponível tanto para sistema [Android quanto para iOS](#). Estima-se que, atualmente, tenha ultrapassado a marca de 1 bilhão de usuários ativos. No Brasil, a troca de mensagens instantâneas é um dos principais usos dos aparelhos móveis, como celulares ou *smartphones*, especialmente em função de qualquer usuário possa utilizá-lo tendo ele uma linha pré-pago ou não. O que significa dizer que, mesmo aqueles que compram reduzidos pacotes de dados desfrutam “gratuitamente” do acesso ao *WhatsApp*. Em função da facilidade na transmissão de conteúdo (textos, fotos, áudios e vídeos), a partir de 2016, houve grande impulso na troca de mensagens de conteúdo político-partidário entre usuários, sendo identificadas uma série de informações consideradas como *fake news*. Uma característica bastante singular no uso do aplicativo é que ele dispensa a necessidade de que interlocutores sejam letrados, acentuando a dimensão das trocas orais.

⁵ Fundado em 2013 pelos irmãos [Nikolai](#) e [Pavel Durov e igualmente](#) identificado como serviço de trocas de mensagens instantâneas, o *Telegram* também está disponível para *smartphones* ou [tablets](#), [nos sistemas Android e iOS](#), [computadores](#), [nos sistemas Windows](#), [OS X e GNU/Linux](#), e para [Aplicação web](#). Concorrente direto, ele apresenta algumas diferenças do [WhatsApp](#). [Enquanto este](#) limita para até 512 pessoas em cada grupo, no *Telegram* o usuário pode criar um grupo com até 200.000 membros. Com esse alcance, uma mensagem compartilhada pelo *Telegram* pode circular simultaneamente entre um grupo muito maior de usuários que, através de mensagens envio de mensagens, chamadas de vídeo, troca de fotos e de vídeos, interagem sem que haja a necessidade de que tais interlocutores sejam necessariamente letrados, amplificando exponencialmente a difusão. Talvez essa seja a principal característica que tornou o aplicativo o preferido entre redes de distribuição de informações falsas. Em 18 de março do último ano, o ministro do [Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes](#) determinou o bloqueio imediato da plataforma no Brasil, sendo revogada assim que o *Telegram* cumpriu decisão judicial por ocasião do processo eleitoral brasileiro.

confiança no funcionamento social, “consolidadas em torno de métodos e formatos que garantem sua auto-proteção e auto-preservação contínuas, estas instituições epistêmicas se auto-instituem como promotoras da verdade” (Oliveira, 2020, p. 12).

Uma das consequências dessa equivocada interpretação foi a aceitação de que a figura do narrador entrava em descrédito em função da tecnicidade que se ampliava, impactando, por extensão, o lugar da narrativa. No caso dos relatos da imprensa, ela ficou reduzida à uma *análise pragmática da narrativa jornalística* (Motta, 2011), ainda que se admitisse que “a narrativa traduz o conhecimento objetivo e subjetivo do mundo em relatos (...) que integram ações no passado, presente e futuro” (p. 01). Esse panorama acabou por cindir e reforçar aquela concepção de superioridade da técnica, supervalorizando-a, sobre o artesanal, subdimensionando-o, como se a primeira estivesse associada ao moderno, enquanto o segundo ao arcaico. Essa cisão é central para o desenvolvimento de nosso argumento, uma vez que aí estaria um dos alicerces para a qualificação de uma verdade ou uma mentira. Em outros termos, com a perspectiva acima descrita, a verdade estaria ao lado das modernas técnicas de se narrar um fato, um acontecimento, enquanto a mentira, a desinformação, ao arcaísmo, ao antigo. Talvez tenha sido essa compreensão que levou Oliveira (2020) a trabalhar com a noção de que estaríamos vivendo nesse momento histórico uma guerra híbrida, onde a desinformação (uma narrativa que não estaria associada à verdade) é utilizada como

arma política (...) em que *fake news*, entre outras ações como *lawfare* e intervenção eleitoral externa entre outras, são utilizadas como métodos convencionais e não convencionais (...) como um conjunto de técnicas, entre elas informacionais, com o objetivo de desestabilizar os governos oponentes e as suas instituições, esvaziando o poder e a atuação política das instituições democráticas” (pp. 15-16).

A compreensão da desinformação como arma é absolutamente sedutora. Ainda que não nos detenhamos sobre o debate que estabelece a distinção entre *misinformation*, *disinformation* e *mal-information* (Cecon et al., 2022, Giordani et al., 2021, Massarani et al., 2021, Oliveira, 2020, Sacramento & Paiva, 2020), é oportuno destacar que há certo consenso em torno da aceitação de que a estrutura semântica que dá origem a essas três palavras está ligada a uma intencionalidade para o engano (Oliveira, 2020, p. 04). Entretanto, se é relativamente estável que a identificação de tal intenção pode ser capturada na produção, não o é na circulação e na apropriação. O movimento que aqui se percebe é aquele que novamente recupera as bases de uma Teoria Funcionalista da Comunicação, que a Escola de Frankfurt tão vívida e ricamente se opôs, ainda que mantendo o foco na intencionalidade dos meios, dotando-os de superpoderes. Ou seja, o equívoco parece atualizar-se na compreensão de que, ao se construir uma narrativa “mentirosa”, ela circulará e alcançará seu alvo exatamente da forma como foi deliberadamente concebida. Se ao “consumir” uma *fake news* a chancela que se oferece é a de um sujeito ignorante (o pressuposto aqui igualmente estabelecido é que se ele “caiu” numa *fake news* é porque a doença da ignorância o acometeu), que logo precisa receber “a cura”, nos vemos diante de um cenário que nos catapulta há pelos menos 100 anos.

Diante desse cenário, nos vemos num ambiente onde a profilaxia deveria ser outra, nos obrigando a revisar os pressupostos que associam a dimensão das narrativas circulantes a verdade ou mentira, a *true* ou *fake news*, estritamente ao lado de agentes e agências produtoras. Nesses termos, pistas muito interessantes são deixadas por Oliveira (2020), quando esta afirma que “nesta superabundância informacional, instituições científicas, cientistas e divulgadores de ciência, políticos, organizações governamentais e não-governamentais e uma sorte de atores que muitas vezes vão de encontro ao conhecimento científico, **disputam o espaço digital na disseminação de narrativas** sobre ciência” (p. 2, grifos nossos). A primeira pista que permite essa paralaxe, essa visada desde outro ponto de observação, é a noção de que narrativas disputam espaços – o que coloca o jogo numa outra ordem de relações (menos binárias e estáticas, mais conflitivas, contraditórias). A segunda é que, além dos meios tradicionais, o espaço digital também é disputado (cujo olhar, de alguma forma, precisa ser atualizado). A terceira, que não há uma, mas várias narrativas, da própria ciência, disputando espaços num ambiente eminentemente comunicacional. Entretanto, embora tendo essa pegada igualmente relevante, mas que produz uma ruptura inalienável com nossa compreensão de todo esse processo, é a assertiva de que essa ambiência acima descrita estaria intimamente associada a um

conjunto de crenças atrelado a um processo político e ideológico voltado para a descrença sobre instituições epistêmicas, ou seja, instituições cuja função social originalmente estabelecida se consolidou em torno da produção ou disseminação de conhecimento e informações, como as escolas, universidades, instituições de pesquisa científica e o jornalismo (Oliveira, 2020, p. 2).

Mesmo não se tratando de uma novidade, é absolutamente curioso e persistente o fenômeno de se associar crenças à ideologia, à subjetividade, à ausência de racionalidade, mantendo sempre atual aquele projeto sobre o qual nos detivemos brevemente na “virada” frankfurtiana. Quando menciona que há estudos que ancoram suas análises “na ordem da produção como matriz analítica para estabelecer formatos e linguagens próprias do engano, como busca de padrões textuais, **como títulos sensacionalistas**, ausência de fontes, entre outros” (Oliveira, 2020, p. 5, grifos nossos), nos sentimos autorizados a explorar a compreensão do processo de produção, circulação e apropriação das narrativas de um prisma radicalmente distinto de trabalhos mais recentes, afastando, em definitivo, a aceitação de que o apelo às sensações, às emoções, aos sentimentos se estabelece em oposição à verdade, à razão. Recorramos ao exemplo para entrarmos por essa porta que estamos abrindo. Em 05 de outubro de 2022, o jornalista Otávio Guedes (Grupo Globo)⁶, produziu uma narrativa bastante interessante, porque misturava ao menos três gêneros muito distintos (a informação e a crônica jornalística com artigo de opinião). Sob o título *Nem Ciro, nem Rodrigo: o eleitor quer saber do satanás*, Guedes joga luz sob a

⁶ O maior conglomerado de mídia da América latina e um dos maiores do mundo, que reúne canais de TV (aberta e paga), emissoras de rádios, jornais impressos, revistas, sites, portais de notícias, editora de livros, além de um número bastante expressivo de afiliadas espalhadas em todo o Brasil.

centralidade da questão, ainda que sem nenhum compromisso acadêmico ao fazê-lo. Em suas palavras:

aqui vai uma opinião: **a extrema-direita se comunica melhor porque transforma histórias em novelas. Cada capítulo é uma emoção**, uma revelação nova. A esquerda conta suas histórias como se fossem teses da USP. Mas isso é opinião. Vamos aos fatos. **Na novela criada pela extrema-direita, o Foro de São Paulo seria a ponte para acusar Lula de querer fechar igrejas. O roteiro é de folhetim**: Lula ama Daniel Ortega, presidente da Nicarágua, que odeia cristãos. Portanto, Lula, por amor a Ortega, vai perseguir igrejas e o herói disso tudo é Bolsonaro: 1. O arco narrativo conduz à ideia de que há uma guerra cultural e que é preciso que todos se engajem e militem em prol dos valores do judaico-cristianismo; 2. Jair Bolsonaro aparece como um indivíduo com as características necessárias a barrar o avanço do projeto totalitário. A barreira contra o demônio. Esta ideia conduz ao entendimento de que "não interessa quem é Bolsonaro, o que importa é que foi ele quem Deus colocou para barrar a destruição dos valores pelo comunismo" (Guedes, 2022, sp., grifos nossos).

[11]

A referência à narrativa construída por Guedes (2022) é tomada como dispositivo analítico em primeiro lugar pela multiplicidade de suportes sobre os quais circulou (de blogs à sites e portais de notícias, com espaço nas publicações impressos e inserções no rádio, sem contar com a ampliação gerada pelos múltiplos compartilhamentos, encaminhamentos que as redes sociais digitais como *WhatsApp* e *Telegram* permitem). Em segundo lugar, pelo debate no qual se inseria: para além da importância do momento (eleições majoritárias), a “comunicação da extrema-direita”, “a novela criada pela extrema-direita” esteve umbilicalmente associada à difusão das denominadas *fake news* promovendo um descrédito na Ciência, na informação jornalística, na vilanização do sistema educacional, na desconfiança nas vacinas, na resistência de parte da população em receber a imunização contra à Covid-19. Ainda que não deliberadamente, Guedes jogava luz sobre a percepção de que “A produção e a análise de narrativas constituem-se como estudos das situações nas quais **interessam as mediações como experiência e linguagem**, estrutura e eventos, sujeitos e coletivos, memória e ação política” (Ceccon *et al.*, 2022, p. 46, grifos nossos). Novelas e mediações reforçam a importância de um deslocamento do olhar sobre o qual Martin-Barbero (2001) é um precursor. Entretanto, de um caminho cuja influência do círculo vienense, mais particularmente de Freud, chega à Escola de Frankfurt, influencia os estudos culturais britânicos (Hall, 2003), inspirando majoritariamente os estudos sobre cultura na América Latina (Martin-Barbero, 2001).

Mas, voltemos à influência de Freud na Escola de Frankfurt. Como destacaram Ceccon *et al.* (2022), a importância do círculo vienense, para o desenvolvimento dos estudos de narrativa, foi por considerar que “a memória é a conservação do passado que sobrevive e sustenta o presente na forma de lembranças e de invenções” (p. 51.). Narrar, seguem os autores, “pode ser uma forma de transmitir experiências vividas em que o narrador conta histórias para um ouvinte, constituindo uma relação dialógica” (p. 52.). A reaproximação entre a arte de narrar e a experiência contida nesse processo, que tem na memória um artefato que traz à tona o passado vivido, consciente ou inconscientemente, colocam lado

a lado não só Freud e Benjamin, mas também Paul Ricoeur, especialmente ao compreenderem o quanto “discursos oriundos do encontro entre narrador e ouvinte **são permeados por subjetividades e afetos** que emergem no instante e no contexto da relação, portanto, situados no tempo e no espaço” (p. 59, grifos nossos), permitindo “uma interpretação histórica e construída no presente, fundamentada nas particularidades, motivações, **crenças** e memórias dos participantes” (p. 70).

Um dos elementos centrais na orientação de como investigamos as narrativas diz respeito ao diálogo que estas mantêm com a formação de um imaginário social, particularmente a partir do modo como os indivíduos se apropriam delas, especialmente aquelas produzidas e postas em circulação pelos meios de comunicação tradicionais e as redes sociais digitais. Há, entretanto, dois marcos temporais fundamentais na estrutura do imaginário e sobre os quais nossa atenção é constante: no plano externo, a passagem do feudalismo ao capitalismo, tendo a Industrialização, a Revolução Científica e o Iluminismo como importantes pontos de sustentação, cuja distinção entre razão e emoção nos interessa frontalmente; no plano interno, o processo de modernização que, em solo brasileiro, se construiu na passagem do período escravocrata à República (final do século XIX). Diante desses dois universos não tão distintos de transformações, acentua-se um processo sobre o qual se põe em relevo aquilo que deve ser lembrado e, na escuridão, o que deve ser esquecido.

É importante enfatizar que não estamos negligenciando que, na emergência da modernidade, o processo de urbanização, assim como a chegada da eletricidade, dos meios de transporte, são elementos fundamentais para a consolidação de um novo estilo de vida – o burguês. Tampouco ignorando uma longa tradição em torno das discussões que envolvem a questão da memória, seja a dimensão mais individual seja mais coletiva do ato de lembrar. Entretanto, retomamos as contribuições de Ricoeur (1994), em especial a reflexão de que a memória só existe, em última instância, enquanto discurso, enquanto narrativa. Revelada na tessitura da intriga, a narrativa é atividade produtora que se realiza dentro de certas regras culturais. Isso nos coloca diante de um processo, dinâmico e contínuo, onde os meios de comunicação constroem seus discursos a partir do verossímil, por um lado, somando a um regramento (imaginação regrada) investido no imaginário, por outro, sem perder de vista que “compreender uma história é compreender ao mesmo tempo a linguagem do ‘fazer’ e a tradição cultural da qual procede a tipologia das intrigas” (p. 91).

No entanto, a dimensão de que as narrativas são elaboradas dentro de um conjunto de regras que estabelecem alguns limites à atividade de tecer intrigas, também aparece na reflexão do filósofo francês. Ou seja, se por um lado temos uma atividade altamente produtora/criativa, por outro temos um controle (uma regulação) dos mecanismos que, em larga medida, condicionam tal atividade. Vemos então, uma vez mais, o jogo dialético entre a imaginação produtora e a imaginação regrada, onde, se “a ação pode ser narrada, é porque ela já está articulada em signos, regras, normas: é, desde sempre, ‘simbolicamente mediatizada’” (Idem). Nossa proposta então é a de que os meios de comunicação de massa têm sido amplificadores (e, em alguma medida, condicionadores) deste regramento. Paralelamente, não se pode negar o fato de que a mediação simbólica é central no estabelecimento de uma compreensão mais ou menos comum entre os

participantes de uma dada formação social. Mas, não se trata de uma estrutura fixa. Tal mediação simbólica tem sido alvo de intensas disputas, onde determinado grupo social tem se esforçado sobremaneira para manter a hegemonia sobre ele. Não seria a definição do que é *true* ou *fake* uma delas? Se tal provocação é pertinente, ganha densidade a percepção de que toda significação é incorporada à ação e permite uma multiplicidade de ações, num jogo tenso e dinâmico, evidenciando-se o aspecto social (e não natural) do significante.

Em nossa avaliação, a força da contribuição ricoeuriana repousa na proposta não de se pensar que o sistema social é uma camisa de força, mas de destacar o caráter ativo da elaboração da obra no mundo, de um fazer que dá unidade entre a prefiguração e a refiguração, através da configuração (mediação), uma vez que o sentido é dado sempre pelo sujeito da ação. Voltemos à afirmação de Guedes (2022): “a extrema direita se comunica melhor porque transforma histórias em novelas. Cada capítulo é uma emoção (...). O roteiro é de folhetim” (sp.). Não é uma história construída sobre uma racionalidade, mas sobre a emotividade. É importante que nos antecipemos para afirmar que não necessariamente a verdade ou a mentira está do lado de quem constrói uma narrativa fundamentada em dados ou onde estes estão ausentes. O que o texto do jornalista permite-nos escancarar é que toda e qualquer textura é construída num lusco-fusco entre razão e emoção, sendo impossível isolarmos uma da outra. A remissão à novela, ao folhetim, como elementos estruturantes de uma narrativa, que encontra ressonância em nossa sociedade, está em relação direta com o processo pelo qual a imprensa, dentro de um exitoso movimento de expansão editorial no Brasil, caminhando par e passo com a noção de progresso, constrói seus relatos diários com destaque às notas sensacionalistas (que mexiam com as emoções, as sensações) e ao folhetim, como estratégia de serialização⁷.

A novelização e o folhetinesco são resgatados aqui como elementos de regulação de códigos que têm servido para reificar o *status quo*, sobretudo porque já existia um investimento, de longa duração, para que as respostas dos atores fossem mais ou menos homogêneas. Hoje, acresce-se a esse processo a necessidade de fazer circular (através das redes sociais digitais) formas igualmente hegemônicas. É a partir desse panorama que recorreremos novamente a Ricoeur (2003) e a sua teoria da ação, conferindo ao indivíduo a capacidade de exercer, através da lembrança, a atividade de memória – lembrar é buscar (ação) lembrar. Assim, a memória é exercida, com vistas a uma produção de sentido, de estar no mundo: “esta nueva consideración se articula em la primera del modo siguiente: acordarse es no solo acoger, recibir una imagen del pasado; es también buscarla, ‘hacer algo’” (p. 81).

Ricoeur destaca que há uma diferença entre o ato de rememoração e o de imaginação. Na verdade, ambas têm como traço comum a presença da ausência e a representação do passado como imagem. Porém, elas vão variar de acordo com o grau de intencionalidade exercido. Destacamos também que esta ação de lembrar está intimamente relacionada à

⁷ No Brasil, será apenas na segunda metade do século XX que a distinção entre uma imprensa qualificada como estritamente informativa e outra como sensacionalista (designada também como imprensa mamom) será levada a cabo.

necessidade de esquecer. Porém, é exatamente nesse esforço de lembrança que os meios tradicionais e os digitais de comunicação têm exercido papel fundamental, que é o de transformar acontecimento em lembrança, em memória, ou em coisa lembrada. O que leva o autor a propor uma tipologia para pensar os usos e abusos da memória: *memória impedida*, *memória manipulada* e *memória convocada*. É importante que destaquemos que tanto os abusos da memória quanto os do esquecimento acontecem de forma mais eficaz à medida que o dever de memória é também um dever de esquecimento. Ou seja, ao se tomar por referência as narrativas que circulam em larga escala, pode-se observar que elas são construídas a partir da produção de significados comuns (ou de uma memória comum). Recorramos a um exercício analítico de forma a dar materialidade às nossas reflexões.

Em meio a pandemia do Coronavírus, a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) foi reconhecida pela OMS como instituição pesquisa de referência internacional na investigação e combate ao Covid-19, especialmente após a parceria firmada com a Universidade de Oxford para a produção de vacinas. A maneira pela qual a Fiocruz construiu e fez circular tal informação (uma narrativa) foi através de um modelo típico de comunicação massiva tradicional (cartazes) adaptado ao ambiente dos meios digitais, utilizando tal postagem (figura 1) em seus perfis, que acabou sendo amplamente compartilhada em redes como o *WhatsApp* e o *Telegram*. Neste caso, estamos diante de um tipo de construção narrativa que objetivava mostrar à sociedade a importância do trabalho da Ciência, uma realidade concreta. Até aqui, do ponto de vista da produção de *true* ou de *fake news*, podemos afirmar se tratar de uma narrativa verdadeira. Entretanto, também circulou com a mesma intensidade ou até um pouco maior – os *bots* por vezes impulsionam a circulação de determinadas construções –, através das mesmas redes, outra “informação” (a da figura 2), tendo em sua composição basicamente os mesmos caracteres.

[14]

Figura 01. Publicação produzida pela Fiocruz



Fonte: Perfil da Fiocruz no *Instagram*

Figura 02. Reprodução publicada pelo MBL



Fonte: Perfil do MBL no *Instagram*

[15]

A oposição entre narrativas aparentemente idênticas nos coloca diante de três desafios: identificar os caracteres de sua produção, mapear os processos pelos quais são postas em circulação, compreender os efeitos que geram na circulação e no potencial de apropriação. No caso do primeiro, há uma mudança profunda na peça comunicacional: naquela produzida pela Fiocruz, não há uma assinatura institucional, tampouco pedido de contribuição ou a parabenização “dos nossos cientistas” (de uma forma distante), mas apenas “aos profissionais envolvidos”. A grande distinção entre uma narrativa e outra é que a segunda se apropria do conteúdo e da credibilidade emprestada pela primeira para demandar da sociedade brasileira contribuição pecuniária a determinada organização não-governamental.

O segundo, como já antecipamos, toca a circulação. Nesta etapa, podemos tratar da participação e do alcance. Aquele que recebe, independente da rede em que está envolvido – no nosso caso, recebemos ambas através de alguns dos grupos a que estamos vinculados no *WhatsApp* e *Telegram* – há motivação em contribuir, independente do lugar ocupado na estrutura social, com o fim da pandemia. Nesses termos, quando se compartilha tanto a narrativa contida na figura 1 quanto aquela da figura 2, o que está em jogo não é um compartilhamento de *true* ou de *fake news*, mas uma ação política de engajar-se na batalha pelo fim da crise sanitária. O que nos conduz ao terceiro ponto. Ao se apropriar de uma dessas narrativas e encaminhá-la a outro sujeito da sua rede, atualiza-se o que significava o combate à pandemia, o papel desempenhado pela Fiocruz nesse processo e a necessidade de se agregar nessa empreitada ocupando um lugar de distinção. Assim, menos está em jogo uma deliberada intenção de fazer circular *fake news* e mais uma ação política que, facilitada por uma expectativa de inclusão através das redes, exercer um papel cidadão.

Considerações Finais

Observando desde a Comunicação e Saúde, o ponto de partida para o desenvolvimento da pesquisa, cujos resultados expusemos, se ancora na compreensão do debate em torno do que é *true* ou *fake news*, imerso na capacidade de ampliação ou na obliteração de uma participação social mais efetiva, como uma consequência de iniquidades em Saúde, no geral, e na Comunicação, em particular. No limite, sem considerar os três aspectos que expusemos no final da seção anterior, o engajamento em questões absolutamente sensíveis como é o caso de uma pandemia fica comprometido. Nesses termos, estamos inseridos no âmbito da pesquisa científica em saúde coletiva, mas sem a colonização tradicional, no olhar e nos parâmetros de investigação, que ainda insistem, não observando as narrativas como inscritas no antagonismo que marca as sociedades, da qual a brasileira não é exceção. E nisso concordamos com Ceccon *et al.* (2022), para quem a identificação do modo de narrar pode auxiliar na compreensão dos problemas relacionados a necessidades da população, oportunizando a fala de sujeitos historicamente excluídos da sociedade e sem direito à participação na produção do conhecimento (p. 110).

Ao optarmos em tomar o *WhatsApp* e o *Telegram* como lócus dessa investigação, nosso objetivo foi o de verificar e buscar capturar o quanto uma ação de “narrar” o já narrado, compartilhando-o, precisa ser compreendido à luz não de uma decisão de endereçamento aos seus grupos de uma *fake news*, mas de uma entrada num complexo jogo de construção e interferência na realidade, prescindindo de mecanismos que são hipervalorizados, como é o caso da escrita. Nesse novo ambiente, poderíamos pensar num certo deslocamento da sentença cartesiana do “penso, logo existo” para um “compartilho, logo existo”. Não se está romantizando os efeitos deletérios de uma narrativa eminentemente falsa, como foi o caso presente na Figura 2. Ela não era falsa na totalidade, mas naquilo que, de uma construção anterior, agregava para arrecadar fundos. Assim, concordando com Zizek (1996), naquele processo nada se negou, nada se escondeu: houve valorização da ciência, do combate à pandemia, do protagonismo da Fiocruz e da OMS. Logo, o ato de compartilhar não se deu pelo dolo (propagação de *fake news*), antes pelo que, do ponto de vista de uma memória evocada, contribuía-se para o desenvolvimento da Ciência, da Fiocruz, da rápida superação da pandemia.

Por fim, avaliamos como equivocada a compreensão, ainda associada à influência iluminista, de que os sujeitos compartilham aquilo que vai ao encontro de suas crenças – entendendo essas numa clara oposição ao projeto racionalista. Se majoritariamente a escrita (e seu domínio, sua compreensão) é um elemento de distinção, a busca por capturar os embates sociais através daquilo que se escreve é insuficiente para dar conta do que está em jogo nos agrupamentos contemporâneos. O compartilhar, menos que o produzir, colocam em relevo uma possibilidade de atores que estavam à margem entrarem definitivamente no jogo. Eles tornam-se importantes, aumentam seu capital social. Talvez resida aí, e Guedes (2022) teria razão, o fato de a extrema-direita conseguir se comunicar melhor: ela, deliberadamente ou não, ativa uma memória, e com esta uma rede de sentidos, de práticas de leituras e de apropriação pré-modernas. Recuperando e atualizando uma sentença marxista poderíamos dizer que eles (a extrema-direita) talvez até não saibam o que fazem, mas ao fazer, estão sabendo fazer, construindo enredos que,

|16|

se assemelhando ao folhetim, produzindo narrativas que apelam às crenças, às emoções, às sensações, aos sentimentos.

Referências

- Benjamin, W. (1985). *Paris, capital do século XIX*. Ática.
- Benjamin, W. (1986). *Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, Vol. I (2ª edição). Brasiliense.
- Benjamin, W. (1994). O Narrador. *Em Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, Vol I (6ª edição) (pp. 197-221). Brasiliense.
- Benjamin, W. (2012). Prefácio. *Em Magia e Técnica, Arte e Política - ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, Vol. I (8ª edição) (pp. 07-20). Brasiliense
- Borges, W. C. (2014). A Narratologia deve estar atenta à cultura. Em K. Lener & I. Sacramento (Orgs.), *Saúde e Jornalismo: interfaces contemporâneas* (pp. 85-111). Ed. Fiocruz.
- Borges, W. C. (2022). Entre a tipologia e a guilhotina: imaginário, subjetividade e política na investigação de uma conjuntura. *Passagens. Revista Internacional de História Política e Cultura Jurídica*, 14 (3), 384-407. <https://doi.org/10.15175/1984-2503-202214301>
- Borges, W. C.; Franklin, C. F. M. (2022). A (des)patologização de Jair Bolsonaro nas redes em tempos de pandemia de Covid-19 no Brasil. *Revista Mídia e Cotidiano*, 16, 151-174. <https://doi.org/10.22409/rmc.v16i2.53081>
- Chartier, R. (2004). *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. Ed. UNESP.
- Ceccon, R. F., Garcia-Jr., C. A. S., Dallmann, J. M. A. & Portes, V. de M. (2022). *Narrativas em Saúde Coletiva: Memória, Método e Discurso*. Ed. Fiocruz.
- D’Ancona, M. (2018). *Pós-verdade: a nova guerra contra os fatos em tempos de fake News*. Faro Editorial.
- Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. Unesp.
- Giordani, R. C. F., Donasolo, J. P. G., Ames, V. D. B. & Giordani, R. L. (2021). A ciência entre a Infodemia e outras narrativas da pós-verdade: desafios em tempos de pandemia. *Ciência e Saúde Coletiva*, 26 (7), 2863-2872. <https://doi.org/10.1590/1413-81232021267.05892021>
- Guedes, O. (outubro 5, 2022). Nem Ciro, nem Rodrigo: o eleitor quer saber do Satanás. [Entrada de blog]. <https://g1.globo.com/politica/blog/octavio-guedes/post/2022/10/05/nem-ciro-nem-rodrigo-o-eleitor-quer-saber-do-satanas.ghtml>
- Hall, S. (2003). *Da Diáspora – identidades e mediações culturais*. Ed. UFMG.
- Jameson, F. (1996). *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio*. Ática.

- Jameson, F. (1992). *O inconsciente político: a narrativa como ato socialmente simbólico*. Ática.
- Kearney, R. (2012). Narrativa. *Educação & Realidade*, 37 (2), 409-438. <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/30354>
- Martin-Barbero, J. (2001). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Ed. UFRJ.
- Massarani, L., Leal, T., Waltz, I. & Medeiros, A. (2021) Infodemia, desinformação e vacinas: a circulação de conteúdos em redes sociais antes e depois da Covid-19. *Liinc em Revista*, 17 (1), 1-23. <https://doi.org/10.18617/liinc.v17i1.5689>
- Motta, L. G. (2011). A análise pragmática da Narrativa Jornalística. *Portom*. <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/105768052842738740828590501726523142462.pdf>
- Oliveira, T. (2020). Como enfrentar a desinformação científica? Desafios sociais, políticos e jurídicos intensificados no contexto da pandemia. *Liinc em Revista*, 16 (2), 1-23. <https://doi.org/10.18617/liinc.v16i2.5374>
- Organização Mundial da Saúde (2018). *Managing epidemics: key facts about major deadly diseases*. <https://www.who.int/publications/i/item/managing-epidemics-key-facts-about-major-deadly-diseases>
- Organização Pan-americana de Saúde (2020). *Entenda a Infodemia e a desinformação na luta contra a COVID-19*. <https://bit.ly/3gT87w6> .
- Oxford Languages (2016). *Word of the year*. <https://languages.oup.com/word-of-the-year/2016/>
- Ricoeur, P. (1994). *Tempo e Narrativa. Vol I*. Papirus.
- Ricoeur, P. (2003). *La memoria, La historia, El olvido*. Trotta.
- Sacramento, I. & Paiva, R. (2020). Fake news, WhatsApp e vacinação contra febre amarela no Brasil. *Matrizes*, (14) 1, 79-106. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i1p79-106>
- Singer, B. (2004) Modernidade, hiperestímulo e o início do sensacionalismo popular. Em L. Charney & V. Schwartz (Orgs.), *O cinema e a invenção da vida moderna* (pp. 115-147) Cosac & Naify.
- Zarocostas, J. (2020) How to fight an infodemic. *The Lancet*, 395 (10225), 676. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(20\)30461-X](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(20)30461-X)
- Zizek, S. (1996). *Um Mapa da Ideologia*. Contraponto.